4 de nossa pauta. E para os demais itens que estamos suspendendo no momento. A eleição é domingo, mas temos a apuração, recursos, uma série de detalhes que é necessário que empreguemos todos os nossos esforços para que tudo saia de uma maneira transparente e eficaz. Peço a compreensão de todos. **Sra. Laisa** - Não entendi. Todos os outros pontos estão suspensos? Não temos agenda hoje para pelo menos apreciar mais um, a carta de crédito? **Sr. Aloísio** - Não. Porque eu quero fazer a apresentação do Item 5 que fala da eleição que é eminente, agora, no domingo, e fazer uma sensibilização para que todos participem do processo eleitoral. **Sra. Laisa** - Certo. Mas é que nossas reuniões têm tido um intervalo tão longo e fico me perguntando se não teria pelo menos como fazermos o Item 5 e o 2. **Sr. Aloísio** - Nosso intervalo é a cada dois meses. A extraordinária ocorreria antes da próxima ordinária. **Sra. Laisa** - Mas aí com todos esses pontos e mais os que virão ainda. **Sr. Aloísio** - Não. Só com esses pontos. A outra ordinária teria pontos novos. **Sra. Laisa** - E o PIU da área central? **Sr. Aloísio** - Na próxima reunião. **Sra. Laisa** - Tudo na próxima? **Sr. Aloísio** - Sim. Em uma extraordinária. **Sra. Laisa** - Não sei se daria tempo de discutirmos tudo. Então, na próxima, tem que haver uma gestão do tempo um pouquinho melhor para dar tempo de tudo. Senão, vamos ficar remarcando. **Sr. Aloísio** - Entendi. Rita, o seu tema irá consumir uma reunião inteira? **Sra. Rita** - O que vai ser apresentado aqui? Vai ser apresentado um diagnóstico da área central, um estudo bastante grande, que fizemos uma tentativa de condensar, mas de alguma forma ele é bastante extenso. Ele tem um estágio de desenvolvimento que é muito diferente do que o Marcelo apresentou. Trata-se de um plano dos movimentos, das ações iniciais de elaboração desse projeto. Mas, mesmo assim, aqueles elementos que destacamos, eles já podem gerar discussões importantes no Conselho. Então, acho que de pelo menos igual duração da apresentação do Marcelo. E fico um pouco preocupada que encurtemos muito esse tempo de discussão pelas questões relevantes que o centro traz. **Sr. Aloísio** - Então, uma nova sugestão: duas extraordinárias antes da próxima ordinária. Uma só para o PIU Central, que irá consumir bastante nosso tempo e a outra extraordinária para se discutir o Item 2, da carta de crédito municipal, e do Item 4, Minha Casa Minha Vida – FDS/FAR. Ok? Os conselheiros concordam? Os que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Item 5. Temos uma apresentação em slides. Vou falar de forma bem objetiva. Estamos organizando e iremos realizar nesse domingo, dia 27, a eleição do Conselho Municipal de Habitação, nesse pleito de 2018. Todas as informações estão inseridas no nosso hotsite, cmh.prefeitura.sp.gov.br. Foi organizada uma Comissão Eleitoral e ela fez apuração e verificação dos candidatos para compor essa Mesa, tanto do Poder Público, dos movimentos sociais de habitação, quanto dos órgãos da sociedade civil. Essas são as normas jurídicas que vão disciplinando a matéria. São as portarias que foram estabelecidas nomeando a Comissão Eleitoral. E aqui um breve resumo sobre todas as reuniões ordinárias e uma extraordinária realizadas referentes à organização desse pleito eleitoral, no período de 17 de novembro de 2017 a 17 de abril de 2018. Foram abertos editais para o chamamento das entidades interessadas. E eventuais dúvidas foram esclarecidas e todas as atas foram registradas e publicadas no Diário Oficial. Sobre o Edital nº 01/17, que traz no seu bojo as entidades deferidas e indeferidas no cadastramento das inscrições. Foram 95 entidades que encaminharam seus pedidos de inscrição, 15 para sub seguimentos de vagas destinadas à representação da sociedade civil e 80 vagas destinadas à representação de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à área habitacional. Aqui são as entidades que manifestaram interesse em ter sua representação nas cadeiras do Conselho Municipal de Habitação, entidades da sociedade civil. O indeferimento do Centro de Estudos de Meio Ambiente e Integração Social. Aqui são as entidades que representam os movimentos populares, as que foram deferidas. Total de deferidas, 54. De todas as inscritas, 54 foram deferidas. Aqui são as entidades dos movimentos populares que foram indeferidas. Total de indeferimento, 26. Então, de todo aquele conjunto, 54 aprovadas e 26 indeferidas. As 54 entidades que tiveram o deferimento de suas inscrições foram organizadas em quatro chapas e essas chapas concorrem ao pleito. A primeira chapa, 110, conhecida como Moradia e Reforma Urbana. Essas são as entidades que compõem a Chapa 110. Chapa 120, conhecida como Democracia e Luta. Aqui as entidades que compõem a Chapa 120. Chapa 130, conhecida como Unidos pela Habitação. Essas são as entidades que compõem a Chapa 130. Chapa 140, conhecida como MOP – Movimento Popular 100% Compromisso. Essas são as entidades que compõem a Chapa 140. Agora, falando sobre a eleição propriamente dita e sua apuração e publicação de seus resultados. Como foi dito, a data do pleito será dia 27 de maio, domingo agora, das 9h às 17h, nas 32 praças de atendimento das prefeituras regionais. Existem algumas prefeituras regionais que disponibilizaram um auditório por uma questão de infraestrutura da praça de atendimento, mas será realizada nas 32 prefeituras regionais. Cada eleitor só poderá votar na zona eleitoral correspondente ao seu título. Por isso que naquele hotsite que foi indicado no primeiro slide, temos o nosso De/Para, onde o eleitor pode consultar a prefeitura regional da circunscrição de sua área eleitoral. Aqui a norma jurídica que começa a disciplinar o pleito eleitoral propriamente dito. É o Decreto nº 58.144/2018. Vale a pena ressaltar toda essa logística, todo o efetivo que a prefeitura está movimentando de servidores que irão trabalhar no dia da eleição. O dia da eleição será no dia 27 de maio, mas temos uma fase preparatória nos dias 25 e 26, providenciando toda a infraestrutura dos locais de votação. Vale ressaltar que serão 580 servidores disponibilizados pela Secretaria Municipal de Prefeituras Regionais, que trabalharão nas 32 prefeituras regionais e 270 servidores da Secretaria Municipal de Habitação, SEHAB, em conjunto com a COHAB. A base eleitoral, os eleitores serão aqueles que têm sua inscrição eleitoral até o dia 29 de dezembro de 2017. Então, se o eleitor for consultar no site, o De/Para, e se ele mudou de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, é considerado o domicílio eleitoral cadastrado até o dia 29 de dezembro. É importante se atentar a esse item. Aqui sobre o voto eletrônico. Serão disponibilizados terminais eletrônicos, microcomputadores, nas 32 prefeituras regionais, que são os locais de votação, em que o eleitor fará o seu registro de forma eletrônica. Ocorrendo uma falta de energia, uma quebra de urna, estaremos preparados para o voto em cédula e também estará disponível o voto para pessoas com deficiência visual, em cédulas em Braille, dando maior acesso ao processo democrático. O mesário, após o eleitor ter exercido o seu direito a voto, oferecerá um comprovante de eleição. Então, é um voto por eleitor. E também teremos a fiscalização realizada e organizada pelas chapas, que nos ajudarão nessa conferência. Encerrada a votação serão apurados por meio eletrônico no sistema desenvolvido pela PRODAM. Os votos realizados em processo manual, cédulas em papel, e cédulas especiais, serão apurados pelo presidente de cada zona eleitoral, e os relatórios totais dos votos manuais deverão ser entregues pelo presidente de cada zona eleitoral aos funcionários da PRODAM. Essas urnas eletrônicas também serão escoltadas pela GCM. Então, o objetivo dessa eleição é o preenchimento das 16 vagas no Conselho Municipal de Habitação, por parte dos movimentos habitacionais, populares de habitação. As vagas serão por representação proporcional e os segmentos serão distribuídos conforme o coeficiente eleitoral obtido pela chapa. Aqui fala sobre a distribuição de vagas. É o mesmo sistema das eleições do sufrágio universal. E esse decreto também começa a estabelecer atribuições do presidente, dos mesários e de todos os que vão trabalhar como fiscais durante o pleito eleitoral. As atribuições do presidente e do vice-presidente. E as atribuições do mesário. Teremos o apoio do Guarda Civil Metropolitana e dos funcionários das prefeituras regionais e da SEHAB e COHAB. Haverá uma base, uma sala de situação aqui, em SEHAB, no Edifício Martinelli, Rua São Bento, 405, 11º andar. Os trabalhos de todos os colaboradores, no dia 27, se iniciam às 8h e se encerram após a conclusão de todos os trabalhos sob suas responsabilidades. E para os servidores que participaram do processo eleitoral, no dia 27, no domingo, será dado o benefício de dois dias de folga, como compensação pelo trabalho realizado. Aqui são os modelos, modelo de relatório. Não será aceito outro documento que não tenha esse layout. E o modelo de protocolo de remessa de documentos e urnas para a zona eleitoral, para cada comissão eleitoral. Este é o modelo. Não será aceito outro documento que não esse. E, como foi dito, se houver alguma eventualidade, esse é o modelo de lista do voto de contingência. Caso a urna eletrônica venha a apresentar algum problema, falta de energia ou situações similares. **Sra. Mariza** -Tenho uma dúvida, Secretário. Para quem tirou o título de eleitor é até 29 de dezembro? **Sr. Aloísio** - Isso. **Sra. Mariza** - Quem fez biometria, transferência, também é válido? **Sr. Aloísio** - Biometria é uma coisa. Mudança de domicílio eleitoral é outra. Se a pessoa fez transferência, após o dia 29, quando ela entra em nosso site, consulta nossa base, vai indicar a zona eleitoral anterior. Então, é muito importante se atentar a isso, porque nosso corte foi no dia 29 de dezembro. Então, o eleitor quer saber onde vai votar, ele fez uma transferência de título de domicílio eleitoral após o dia 29 de dezembro, vai constar em nossa base de dados o domicílio anterior, antes do dia 29 de dezembro. **Sra. Mariza** -Eu ainda consegui manter a mesma zona eleitoral. Mas algumas famílias nossas fizeram a transferência, mas, para quem mudou a zona eleitoral, não consegue votar agora, não é? Mas as pessoas fizeram a biometria e mudaram de zona. **Sr. Aloísio**- Se mudou de zona eleitoral, é anterior ao dia 29 de dezembro. Por isso é necessário consultar o nosso site, em que temos o De/Para. Ele coloca lá o título de eleitor, o nome completo e se indica onde é a prefeitura regional daquela zona eleitoral onde ele vota. **Sra. Mariza** - Tudo bem. **Sr. Manoel** - Só quero tirar uma dúvida também. Vou dar um exemplo meu. Eu fiz a biometria, mudei de escola, mas a zona eleitoral é a mesma. Continua igual? **Sr. Aloísio** - Continua igual. Olhem ali no nosso hotsite, na tela, o De/Para. Se todos olharem para a tela, temos ali. Clica-se aqui, saiba onde votar, e se coloca o número do título de eleitor e pesquisar. Alguém tem um título de eleitor aqui para fazermos o teste? Zequinha, diga o nome do seu título de eleitor. **Sr. Zequinha** - 227916730159. (É feita a consulta no hotsite) **Sr. Aloísio** - José de Jesus Ferreira da Silva. É aqui, na Prefeitura regional da Sé. **Sra. Verônica** - Secretário, o jovem que tirou o título de eleitor, agora, no mês passado, consegue votar? **Sr. Aloísio** - Não. **Sr. João Bosco** - A minha pergunta é a seguinte: indicamos os fiscais, foram feitas as credenciais, e indicamos os representantes das chapas, que vieram as credenciais. E aí o nosso pessoal, não sei de outras chapas também, mas o nosso pessoal tem perguntado se vamos ter uma credencial para eles, candidatos. Seria interessante, Aloísio. **Sr. Aloísio** - Vamos verificar no nosso Regimento Interno. Acredito que para o candidato não haverá nenhuma identificação, mas para os fiscais sim. **Sr. João Bosco** - Recebemos para os fiscais e para os representantes das chapas. Para os demais não. Se for possível fazer, agradeço. **Sr. Aloísio** - Verificaremos. **Sra. Laisa** - A minha dúvida na verdade não é sobre a eleição dos movimentos, mas sobre os outros segmentos. Quais segmentos não preencheram e quando os senhores estão pensando em fazer aquele chamamento que geralmente fazem quando não preenchem as vagas dos segmentos para preenchimento das vagas remanescentes? **Sr. Aloísio** - Houve só duas vagas remanescentes da sociedade civil. **Sra. Laisa** - De qual segmento da sociedade civil? Não temos como saber qual segmento não foi preenchido. **Sr. Aloísio** - Essa informação, não tenho, no momento, naquele slide. Vou levantar a informação e lhe passo, Laisa. O que tenho é isso, essas foram deferidas, essas terão a representatividade na próxima gestão do CMH. Duas vagas não foram preenchidas. Essas duas vagas, para preenchimento, elas ocorrem por indicação do presidente do CMH. **Sra. Laisa** -Geralmente, o rito seria fazer um novo chamamento. Isso mudou? **Sr. Aloísio** - Bem, mudou essa regra, Eloane? Eu não conhecia essa regra anterior. Para mim é essa regra da indicação. **Sra. Laisa** -E qual é o segmento? **Sra. Eloane** - A regra para vacância na sociedade civil é das indicações. O Secretário irá fazer as indicações. Há dois anos, fizemos um chamamento, mas era porque o processo eleitoral foi corrompido por uma decisão judicial. Então, retomamos o processo e fizemos um novo chamamento, nessa época, que foi a gestão onde a senhora entrou. Nessa gestão, ficamos com as centrais sindicais em vacância. Então, vamos fazer um pedido, o Secretário faz, depois do término das eleições, das votações dos movimentos populares, e encaminhamos e fazemos um pedido. Isso, sabemos que já está acontecendo, porque dentro da Comissão Eleitoral temos o Dito e o Antônio Pedro, que conhecem as pessoas que estão hoje na Casa, que já estão articulando. Mas, normalmente, é um convite do Secretário. **Sra. Laisa** - Obrigada pelos esclarecimentos. **Sr. Zequinha** -Já tivemos alguma eleição do Conselho e, visto que as prefeituras regionais são distantes de alguns comércios, às vezes, os fiscais ficam lá e temos que providenciar lanche. Queria ver com o senhor, porque todos os funcionários da prefeitura vão ter seu lanche e são dois fiscais só por cada chapa. Não é muito. Então, se poderia ser providenciado lanche para todos, por exemplo, os representantes que estão lá, das 8h às 17h. **Sr. Aloísio** - A Verônica uma vez disse à mesa: onde comem dois, comem três. **Sr. Zequinha** - Só para ter isso esclarecido para depois não chegar lá e dizer que não tem. Ou tem ou não tem. Obrigado. **Sr. Aloísio** - No espírito cristão e solidário, vamos dividir o pão. Senhores, nossa reunião está encerrada. Agradeço a participação de todos. E em breve iremos dizer o calendário das próximas reuniões extraordinárias. Obrigado. (Encerra-se a reunião)

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-SECMH

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 6ª GESTÃO

Data da Reunião: **19 de junho de 2018**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da Sala 182 – Centro – SP

Aos dezenove dias do mês de junho do ano 2018, às 15h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as) **Conselheiros (as) do Poder Público**: Aloisio Barbosa Pinheiro (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Juliana Jacometto Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Wilson Cabral da Silva (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO) e Fernando Augusto Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Barbosa Rastelle (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria dos Santos Almeida (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Urânide Sacramento Cruz (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); João Bosco da Costa (Conselheiro Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Conselheira Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Ana Maria Carneiro Procópio (Conselheira Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Cibeli Gama Monteverde (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Conselheiro Sociedade Civil/SCIESP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Conselheira Sociedade Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira Sociedade Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as)**: Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal Urbanismo e Licenciamento); Regina Helena Nader (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheiro Poder Público/SP Urbanismo); Aurelice Rocha dos Anjos (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Bruna Fábio Antunes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Tamara Furman Burg (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Mariza Dutra Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia Lindinalva do Nascimento (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de julho); José de Jesus Ferreira Da Silva (Conselheiro Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ana Paula da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Conselheira Movimentos Populares/Associação Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Edinalva Silva Franco (Conselheira Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Péricles Oliveira Santos (Conselheiro Movimentos Populares /Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Sheila Cristiane Santos Nobre (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Conselheiro Movimentos Populares/Movimento em Defesa do Favelado Episcopal Belém); Jenilda Silva Araújo (Conselheira Movimentos Populares/Movimento de Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/MDM); Adriana da Silva Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo Rafael Cesário (Conselheiro Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de SP); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Conselheiro Movimentos Populares/IPAC); Antônio Santiago Quintana (Conselheiro Movimentos Populares/MAC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Sociedade Civil/APEMEC); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Paula Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Patrícia Barboza da Silva (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama Melão (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira Sociedade Civil/SCIESP); Márcio Jeha Chéde (Conselheiro Sociedade Civil/SECOVI-SP); Carolina Rafaella Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/SECOVI-SP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Conselheiro Sociedade Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda (Conselheira Sociedade Civil/SINDUSCON-SP). **Justificou a ausência a senhora**: Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). **Presentes os (as) convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Maria Cecília (Arquiteta da COHAB) e André (Arquiteto da São Paulo Urbanismo). **Pauta da reunião**: Apresentação pela SP Urbanismo do Diagnóstico e Programa de Interesse Público do Projeto de Intervenção Urbana para o PIU do SETOR CENTRAL. Palestrante: Arquiteta Rita de Cássia Gonçalves. O Sr. Aloísio dá início aos trabalhos e passa a palavra à Sra. Rita de Cássia, para a apresentação do Item Único da pauta. **Sra. Rita** - Boa tarde a todos. Eu devo dizer que estou muito contente de participar desse projeto porque eu, junto com outros colegas, participei desse projeto há vinte anos, quando concebemos a Operação Urbana Centro. De lá para cá, muita coisa mudou, não apenas nos instrumentos urbanísticos, mas também na forma de participação da sociedade nesses projetos desenvolvidos. Então, entendo que vamos ter chance de fazer um projeto muito melhor do que foi esse à época, muito mais efetivo, muito mais eficaz, e que todos possamos chamar de nosso projeto. A apresentação de hoje talvez seja um pouco chata mesmo porque na maior parte dela vamos mostrar um diagnóstico da área central. São aqueles elementos colhidos da realidade que experimentamos e vivemos na área central, que vão informar a hipótese urbanística do projeto e consequentemente as diretrizes que vamos dar na construção coletiva desse projeto. Operação Urbana Centro. Por que vamos revisar essa lei de 1997? Primeiro porque nesse período de vinte anos já passamos por dois Planos Diretores e duas Leis de Zoneamento. Então, a principal razão da revisão desse projeto é adequar essa intervenção nos distritos centrais a essa nova normativa. É uma área extensa essa área de estudo. Então, o objetivo é tanto quanto possível aproximar a regulação dessa área do PDE e da Lei de Zoneamento, definir um programa de intervenções. A Lei da Operação Urbana Centro de 1997 não tinha um programa de intervenção definido. Essa tarefa havia sido confiada à Comissão Executiva da Operação Urbana Centro, que tinha possibilidade de propor intervenções. Daqui para frente ou, particularmente, desde o Estatuto da Cidade, que é uma lei de 2001, as leis de Operação Urbana ou de Intervenções Urbanas têm indicado onde será gasto o dinheiro eventualmente arrecadado com a venda de potencial adicional de construção. Outro elemento que caracteriza a Operação Urbana Centro é a gratuidade para o uso residencial no seu perímetro de abrangência. Então, entendemos que passados vinte anos o objetivo de incentivar a produção imobiliária para mercado na área central já foi alcançado e talvez seja o momento de suprimir essas gratuidades para as faixas passíveis de serem atendidas para o mercado. Quer dizer, nos pontos de atenção do projeto, o que é importante pensarmos? Que a provisão habitacional de interesse social contém uma diversificação das modalidades de atendimento social e condições de financiamento dos programas públicos. Um aproveitamento dos imóveis ociosos subutilizados e gestão da aplicação do parcelamento, edificação e urbanização compulsórios, de alguma forma que possamos induzir esse estoque de imóveis subutilizados e ociosos a um melhor aproveitamento para dinamização ainda maior da área central. Mobilidade urbana em diversas escalas. Mais adiante os senhores vão ver as questões que se levantam a respeito desse tema. E gestão de espaços públicos. O que temos aí? Nesse mapa, essa parte mais escura é a parte dos distritos do anel central. São os dez distritos da Prefeitura Regional da Sé. Esses distritos que estão em cor mais escura estão contidos na macroárea de estruturação metropolitana. O que é isso? É uma grande região da cidade que o Plano Diretor estabeleceu como área para o desenvolvimento de projetos específicos. São áreas que contêm estrutura de mobilidade, tem redes ferroviárias, redes metroviárias, uma oferta expressiva de empregos e que têm funções metropolitanas. Então, ainda que tenhamos um zoneamento nessa extensa macroárea de estruturação metropolitana, está previsto no Plano Diretor que desenvolvamos projetos específicos para essas áreas. E quais são os objetivos dessa região, chamada de Setor Central da Macroárea de Estruturação Metropolitana? É o fortalecimento da centralidade municipal. Essa região da cidade, como centro municipal e não apenas isso, mas centro metropolitano. Valorização de áreas de patrimônio cultural. Essa área que estamos estudando concentra 85% de todos os imóveis tombados no município, justamente porque é uma área de ocupação mais antiga da cidade, tirando regiões de Santo Amaro e São Miguel Paulista. Qualificação dos diferentes sistemas de transporte coletivo, estímulo à provisão habitacional de interesse social, requalificação e reabilitação de áreas deterioradas e subutilizadas. E um objetivo que não vale só para a área central, mas para toda a região da cidade, que é promover uma maior proximidade entre grupos de baixa, média e alta renda. Quer dizer, trabalhar no sentido da diminuição da segregação espacial. E por fim a revisão e atualização da Operação Urbana Centro. Onde estamos? Esse é o processo de elaboração do PIU, Projeto de Intervenção Urbana. O estágio atual. Foi elaborado ao longo de 2017 um diagnóstico da área de intervenção que está sendo apresentado resumidamente aqui, onde há um programa de interesse público e esse material vai ser disponibilizado para consulta pública no site do Gestão Urbana até o final desse mês. O que ele contém? Além do diagnóstico, ele contém diretrizes urbanísticas, a viabilidade da transformação, que trata principalmente da possibilidade de adensamento que essa área contenha. O impacto esperado. Adensamento construtivo e populacional e o modo de gestão democrática. Quais são as etapas subsequentes disso? Para construção desse projeto, imaginamos uma série de diálogos setoriais. Um deles já aconteceu na semana passada com o coletivo do Mundaréu da Luz. O que são esses diálogos setoriais? São reuniões com todos aqueles agentes que têm demandas para essa área central. Sejam movimentos de moradia, coletivos culturais, agentes econômicos, associação de comerciantes, enfim. Falamos com as secretarias, CET, SMADS, SEHAB. O objetivo é criar condições para o desenvolvimento de uma proposta conjunta para essa área. A proposta é que até o final deste ano é que tenhamos um projeto, uma versão não final, mas acabada desse projeto para que possa ir para discussão no ano que vem. Como vai ser a construção? Estamos imaginando nesse momento agora, um pouco junho, começo de julho, de diálogos. Depois, há um período de desenvolvimento do projeto. Depois uma nova oportunidade desses diálogos em outubro, onde, com esses mesmos grupos e atores que foram chamados para essa discussão inicial, façamos uma nova rodada de discussões para ver o estágio da proposta. E, ao final desse processo, esse projeto vai ser colocado em consulta pública. Não apenas no site do Gestão Urbana, mas também com audiências presenciais, enfim, porque o objetivo é sempre o aprimoramento da proposta. Então, estamos nesse momento do início dos diálogos setoriais. Nos principais eixos desse diagnóstico, temos: população, emprego e renda. Aqui estamos falando da área. Qual é a área que estamos trabalhando? São em torno de 3.300 hectares. É uma área bastante expressiva e não significa que essa vai ser a nova área da Operação Urbana, mas é a nossa área de estudo. Porque esses distritos da área central têm uma série de interligações entre si, que nos exigem que estudemos isso em conjunto. Ela corresponde a 2% da área do município. E ela reúne 4% da população. Comparativamente a outras regiões do município é uma área que tem alta densidade. O que observamos? Esse gráfico mostra a população desses distritos da área central, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, que são os anos de censo, e 2017, onde foi feita uma projeção. Observamos que nesses distritos da área central a população residente veio caindo até os anos 2000. A partir dali há uma retomada, um retorno dos habitantes para a área central. E essas bolinhas mostram onde estamos hoje em relação ao que fomos. Por exemplo, o Belém está quase alcançando a população que teve em 1980. A Mooca, que é uma bolinha verde lá, em cima, já chegou. A República é um dos distritos que ultrapassou a população residente dos anos 1980. Então, é essa a situação em que nos encontramos. Nos últimos quase vinte anos, vem ocorrendo uma retomada, um retorno da população à área central. Densidade de habitantes. Essas são as densidades dos distritos da área central. Os distritos mais populosos são da Bela Vista, da República e de Santa Cecília. Nesse trabalho, adotamos sempre nesses projetos de intervenção urbana uma densidade meta. Estamos situando a densidade meta do projeto na densidade de Santa Cecília. Algo em torno de duzentos habitantes por hectare. A média hoje da área central é de cento e quarenta e cinco habitantes por hectare. Vamos tratar desse tema com mais detalhes mais à frente. Esse mapa é das densidades. Observamos que os distritos de Santa Cecília, Bela Vista, trechos da Liberdade, que são as manchas mais escuras, têm as mais altas densidades dessa área. E os distritos mais comerciais, como Bom Retiro, Pari e Brás, são os menos densos. Um dos objetivos do projeto seria equilibrar essas densidades nessa região. Coincidentemente, esse mapa mostra a distribuição da população em termos de renda. Quer dizer, a parcela de renda mais alta habita nos distritos da Consolação, Bela Vista e trechos da Liberdade. Ainda que haja uma parcela expressiva de renda média no Cambuci, na Liberdade e em Santa Cecília, e mesmo na República. Quer dizer, um outro objetivo é a melhoria dessas condições. Vulnerabilidade social. Esse mapa é o oposto daquele visto anteriormente; as áreas de maior vulnerabilidade são aquelas associadas à população de menor renda. Mais sujeitas a deslocamentos, a moradia subnormal e a todos esses efeitos. Oferta de empregos. Os principais distritos no quesito oferta de empregos são Bela Vista, República e Sé. Principalmente do setor de serviços. Esses índices, quando transpostos a empregos por habitante, aqueles que têm oferta do maior número de empregos por habitantes são República e Sé. O que isso quer dizer? Perseguimos no Urbanismo um objetivo de que o número de moradores de um determinado bairro esteja equilibrado com o número de empregos desse mesmo bairro. A expectativa não é que as pessoas trabalhem no mesmo bairro onde habitam, mas, se tivermos um equilíbrio desses números na cidade, isso é um indicador que nos permite imaginar que estamos trabalhando na redução no número de deslocamentos das pessoas em busca de postos de trabalho. Então, é um número que sempre buscamos equilibrar no projeto, embora sabendo que nem todo mundo que mora ali vai trabalhar ali mesmo. Isso aqui é a representação gráfica das barrinhas que vimos, quer dizer, temos mais densidade de emprego na Bela Vista, Sé e República. Qualquer um que frequente essas áreas pode presenciar a grande oferta de serviços, de comércios de toda natureza. E onde há mais empregos por habitante é justamente nos dois distritos centrais, Sé e República. Aí temos uma sequência de tabelas. Tivemos entre 2007 e 2014 em vários bairros a redução dos postos de trabalho. Vamos ver por que depois. Então, no comércio, no Cambuci, houve um aumento dos

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 21 de julho de 2018 às 03:03:28.